

Entrevista sobre o Acordo UE-Mercosul com Júlio Barbosa – Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) – Brasil
Outubro, 2022

Júlio Barbosa: Bom dia, eu me chamo Júlio Barbosa, sou o atual presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, sou de Xapuri, no Acre. Sou um dos moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes, aqui na região de Xapuri. Moro nos seringais onde hoje é o nosso território da Resex (reserva extrativista) Chico Mendes desde 1968. Só para ter uma ideia, 54 anos que eu moro na mesma região e na mesma comunidade. Sou extrativista, de origem, de profissão. Sou dirigente sindical. Também sou da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Eu tive o prazer e a felicidade de fazer parte da tropa de choque, podemos dizer assim, junto com Chico Mendes. Eu era, na época que Chico foi assassinado, eu era o vice-presidente do sindicato, ele era o presidente. Eu era parceiro de direção do sindicato junto com ele. E logo em seguida eu fui eleito pela primeira vez presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativista, que na época era conhecido como Conselho Nacional dos Seringueiros. Também fui fundador do Grupo de Trabalho Amazônico GTR, lá em 92. Foi exatamente no período da Rio 92, naquela conferência importante. Também fui fundador da primeira cooperativa nossa aqui em Xapuri. E em 96 eu tive a oportunidade de me eleger prefeito na cidade de Xapuri, onde eu fui prefeito por dois mandatos, de 97 até 2004. Então esse é um pouco da minha história. Agora, mais uma vez, sou presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas. Nosso mandato vai até o final do ano que vem e estamos aqui. Um pouco da minha história, é esta.

Entrevistador: Quais salvaguardas e preocupações você acredita que acordos de livre comércio, como o Mercosul-UE devem considerar?

Júlio Barbosa: Historicamente, nós sabemos de que todo o acordo feito, esses acordos internacionais, ele dificilmente leva em consideração a importância da vida dos povos originários. Eu acho que esse é o primeiro desafio que nós temos pela frente. Nós temos essa experiência com o Mercosul lá no início dos anos 90. Eu já falei isso uma vez, não sei se foi na outra rodada de conversa que nós tivemos lá em 1990, quando no primeiro ano do governo do presidente Collor, ele acabou com um instrumento que era muito importante para os seringueiros da Amazônia, porque ele também fortalecia as usinas de borracha, que, na verdade, sem as usinas de borracha, os seringueiros não tinham condição nenhuma de ter para quem vender a sua produção. Isso eu estou falando lá em 1990, que era a taxa de organização e regulamentação do mercado da borracha através do acordo do Mercosul. O presidente Collor, já na sua chegada, ele extinguiu a prova em 1993, 91 e 92. Foi quando começou a surtir efeito junto às populações extrativistas da Amazônia. Por quê? Porque, com a

extinção da prova, a borracha até então fazia parte, desde a Segunda Guerra, a borracha passou a fazer parte dos produtos estratégicos do Brasil, assim como o petróleo. Então, o governo era obrigado a manter o chamado estoque regulador, que era para não deixar que esse produto desaparecesse do mercado. Com isso, obrigava as indústrias de pneumáticos no Brasil a obrigação de comprar e manter uma certa quantidade do seu estoque de produtos produzidos no Brasil.

Com a extinção desse instrumento regulador aí, as indústrias de pneumáticos tiveram toda liberdade para comprar onde bem interessasse e onde tivesse um preço competitivo para eles. E foi aí que a borracha deixou de ser prioridade para a sua compra, principalmente a borracha da Amazônia. Borracha nativa. Ela passou a não ser mais importante para as grandes indústrias pneumáticas. E aí, com isso, as usinas deixaram de funcionar. Todas as usinas de borracha, de beneficiamento de borracha na Amazônia fecharam as portas. Com isso, o seringueiro não teve mais para quem vender a sua produção. E o seringueiro, não tendo para quem vender sua produção, a atividade passou praticamente ser extinta na Amazônia. Por isso que muitos estados da Amazônia, muitas regiões, os seringais nativos, viraram abandonados. Então, como a gente chama na nossa, no nosso linguajar da Amazônia, estão no bruto. É quando a floresta está intocável. A seringueira não está sendo utilizada, não. Isso desmobilizou completamente. Então, isso é um efeito que, para nós, extrativistas, para mim é o mais marcante de todos eles. São esses acordos, esse entendimento por pressão das indústrias, não só do Brasil, mas implantada fora do Brasil, também na região do Mercosul, pressionaram o governo para que acabasse com essa história de manter o estoque regulador da borracha.

Então a gente sabe que todos os acordos que foram feitos até hoje, eles são acordos que não levam em consideração os povos originários, seja da Amazônia brasileira, seja da de toda região do Mercosul. Por essa razão, eu acho que o grande desafio nosso é primeiro entender. E eu tenho, confesso que é um assunto que eu não tenho muito domínio ainda. É o que nós estamos discutindo agora nesse momento. A única coisa que eu sei, porque todas as instituições que estão empenhadas nessa discussão, no estudo dos efeitos dessas questões, estão muito preocupadas. E se essas instituições, estando preocupadas, a gente sabe que algo de bom não pode estar vindo para as populações tradicionais da Amazônia. Então eu acho que isso é a avaliação que eu faço. Confesso para vocês que é uma avaliação preliminar. Eu recebi na sexta feira o documento, ainda não tive tempo para ler, porque também nesse momento meu tempo está muito envolvido nessa questão da campanha e na busca de um motivo para que a gente não possa permitir que esse famigerado continue governando o Brasil. E então eu não tenho tido muito tempo para isso, mas eu estou aqui para dizer já. De forma geral, a nossa preocupação está muito sobre isso, que todos esses acordos, principalmente quando trata de

acordos comerciais ou acordo da geopolítica, eles sempre trazem muito prejuízo aos povos originários da Amazônia.

Entrevistador: Na Amazônia, o desmatamento pode ser agravado impulsionado pela expansão agrícola em detrimento do Acordo. Como o desmatamento atinge seu território e sua comunidade?

Júlio Barbosa: Eu acho que sobre a questão do desmatamento já é uma preocupação nossa, é uma preocupação muito forte. Nós estamos preocupados, inclusive, com o destravamento do processo eleitoral que estamos agora em curso. Ele é uma ameaça clara e iminente da situação que nós estamos vivendo na Amazônia. O processo fundiário na Amazônia, que já era uma situação realmente assustadora. Nós tivemos muita expectativa que nós - no período de governos anteriores que tivemos um período foi muito pequeno, podemos dizer um período de 14, 13 anos sem interrupção. Eu acho que nós pouco avançamos na questão da organização e regularização fundiária da Amazônia. O programa Terra Legal, que era um programa muito importante, é muito importante do nosso ponto de vista, mas ele pouco avançou até pelos arranjos políticos que sempre existiu em cada região do Brasil. E ele avançou muito pouco. E, apesar de ser importante, até é a questão dos nossos territórios. Território e uso coletivo, como nós costumamos falar desses territórios. Nos últimos anos, eles têm vivido uma constante ameaça. Mas não é só uma ameaça que pode vir a acontecer. É uma ameaça real. Está acontecendo. Se eu pegar, por exemplo, a minha reserva aqui, a Chico Mendes, ela vive nos últimos três, quatro anos uma problemática muito séria. A desordem sobre a ocupação dela tem sido de uma forma violenta. Se fosse uma ocupação desordenada pelas populações nativas da região, mas não é. Agora virou um espaço de pessoas que estão vindo de outros estados, que a gente não sabe nem sequer a origem deles. Se realmente era trabalhador, eram sem terras. Mas acredito que são pessoas endinheiradas que entram na reserva.

Chico Mendes e a reserva Chico Mendes virou espaço de circulação de terras públicas, onde as pessoas estão vendendo as terras que não é deles, que são terras públicas. E com isso vem o segundo passo, que é o efeito dessa desordem, que é o desmatamento. E nós estamos definitivamente perdendo o controle do desmatamento sobre a nossa reserva. Então um acordo desse, só traz possibilidade para legitimar um processo que já está em curso, com muita violência na nossa região. E só para você ter ideia dos efeitos de tudo isso, do desmatamento que tem avançado a cada ano elevado, inclusive já há escassez de água para muitas comunidades rurais dentro da reserva. Muitas, muitas famílias hoje já estão padecendo a falta de água na sua residência. Exatamente pelo avanço do desmatamento que vem acontecendo. Então é uma tendência forte e cada vez mais crescendo para investir na atividade da pecuária dentro da reserva, porque é a pecuária a criação de gado, ela sempre existiu. Não é uma

novidade, não é uma coisa nova. Então, ela não fazia parte, a princípio, da principal fonte de renda dos moradores da reserva. Hoje, a pecuária passa a fazer parte da principal fonte de renda para uma grande parcela das pessoas que moram dentro da reserva. Então, esses acordos podem vir só legitimar um processo que hoje é visto que traz uma ilegalidade muito grande para a questão da nossa sanidade. Então, sem dúvida alguma, o avanço do desmatamento na Amazônia, é o caminho pra gente, eu diria, para o fim de criar um caos total, não só para questão ambiental, mas para as próprias famílias que moram aqui na Amazônia.

Entrevistador: Você tem alguma sugestão de como o Acordo pode impactar positivamente as comunidades da Amazônia? E que tipos de política você acha que impulsionariam o trabalho dos extrativistas da Amazônia?

Júlio Barbosa: Eu acho que hoje já existe um grande acordo. Acho que o Acordo de Paris é um deles, importante para nós da Amazônia. Eu diria que existe um entendimento muito forte já dos países pelo mundo afora de que é preciso mudar. A concepção sobre a visão do desenvolvimento e, principalmente, da Amazônia. Eu acho que o debate sobre mudanças climáticas hoje é um debate muito importante, muito forte. Nós estamos muito empenhados nisso. Eu acho que melhorar a renda, porque quando a gente usa essa palavra junto à comunidade de povos na Amazônia, a palavra sobre melhorar a qualidade de vida - ela é muito genérica. Quando melhorar a qualidade de vida, você está pensando na questão da saúde, da educação, da infraestrutura, da comunicação. Bastante coisa. Agora, a palavra que impacta de imediato quando a gente discute com a população é a questão do aumento da renda ou a melhoria da renda das famílias quando fala em melhorar a renda passiva. Eu vou ganhar mais dinheiro por ter mais dinheiro no bolso. E eu tenho dito sempre, nós temos debatido muito isso. O Conselho Nacional das Populações Extrativistas está muito envolvido numa discussão e nós entendemos que é muito importante, que é a questão da valorização da floresta em pé, mas gerando renda para as famílias. E nós estamos numa discussão sobre esta questão do REDD, sobre a questão da geração de créditos de carbono. Eu acho isso importante. Esse é um debate que está na política internacional que a gente tem que levar em consideração. Eu acho que esse acordo do Mercosul, ele precisa fortalecer muito a tese da gente trabalhar as políticas por pagamento por serviço ambiental. A política de REDD e a política de geração de créditos de carbono para aquelas famílias, para aquela população que preserva a floresta porque a subsistência deles depende deles manter a floresta protegida. Eu acho que isso é uma coisa importante para ser garantido no acordo.

Entrevistador: Como você acha que os povos da Amazônia e a sociedade civil poderiam participar de forma efetiva da implementação do Acordo, caso aprovado?

Júlio Barbosa: Você e todos nós sabemos que nesse governo atual aí, uma das coisas que ele priorizou foi eliminar a participação da sociedade civil em qualquer tomada de decisão. E isso seja de forma organizada ou não, ele excluiu completamente. Eu acho que já tive uma experiência muito boa em governos anteriores, foi a questão da institucionalização das conferências, para debater nos mais variados temas conferências nacionais, as conferências estaduais e até regionais. Eu acho que esse é um ponto fundamental. Uma outra coisa muito importante que existia institucionalmente no Brasil era a questão dos conselhos muito fortalecidos. Lembro do Contraf, por exemplo, o Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA e outros Conselhos. Com esses conselhos, na verdade aconteceu o contrário, eles foram praticamente extintos. Não existe, não funciona. O CONAMA foi reduzido drasticamente para excluir a participação da sociedade civil. E eu só vejo um caminho para os povos da Amazônia: que a sociedade esteja envolvida na discussão de assunto tão importante como esse. O acordo é um acordo internacional, não é apenas o Mercosul. É um acordo entre Mercosul e União Europeia. Você só tem condição da gente estar participando se a gente puder se inteirar. Se um governo que vier a assumir a partir do ano que vem tem que dar muita importância para a necessidade da realização dos fóruns de debate através das conferências e também fortalecer, reestruturar e fortalecer novamente os conselhos, que é o principal fórum de debate deliberação para que a sociedade possa tomar conhecimento de tudo que está acontecendo dentro dos acordos entre o Brasil e o resto do mundo. Então, acho que esse é o caminho para a gente poder ter a nossa participação.

Entrevistador: Que mensagem você gostaria de passar para os negociadores dos próximos passos do Acordo?

Júlio Barbosa: Eu acho que seria importante que, independente de governo que aí esteja, o que vem a assumir a partir do ano que vem, quem estiver na frente das negociações precisa entender que é importante a participação da sociedade civil e, principalmente, a importância da participação dos povos da Amazônia. Os povos da Amazônia sabem o que querem. Os povos da Amazônia são organizados, seja os povos indígenas, seja os extrativistas. São todos organizados, têm suas metas, suas representações legítimas. E nós gostaríamos muito que os negociadores desse acordo pudessem, não só ouvir o que pensa esses povos, mas também abrir espaços que esses povos possam dar a sua opiniões nas mesas de debate e de negociação.